

Secretaria dos Comitês de Cultura (SCC)

Quem somos?

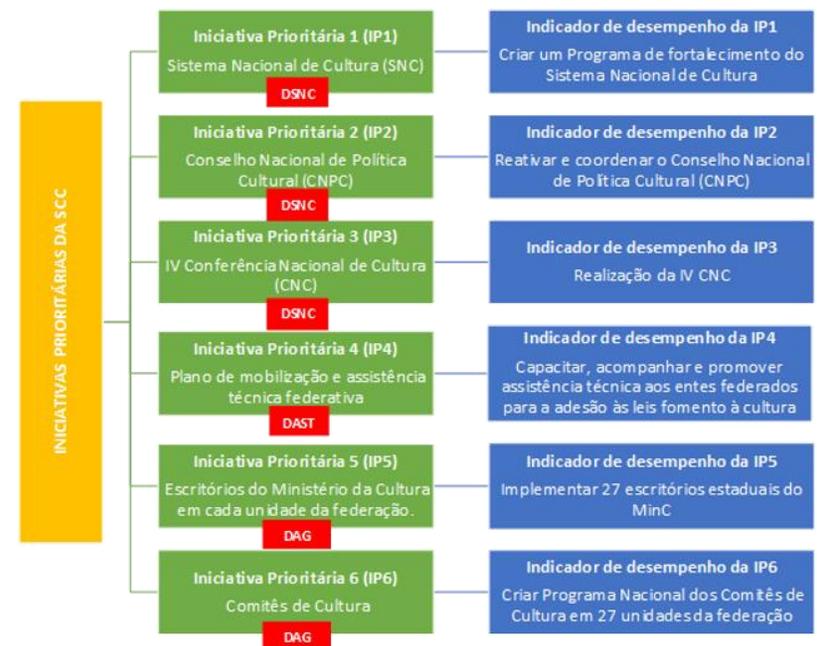
A Secretaria dos Comitês de Cultura (SCC) é responsável pela presença do Ministério da Cultura em todo o território nacional, por meio da implementação dos Escritórios Estaduais e dos Comitês de Cultura em todas as Unidades da Federação; pela articulação federativa por meio do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e das representações do Estado e da sociedade civil: o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), a Conferência Nacional de Cultura (CNC) e a Comissão Intergestores Tripartite (CIT); e pela articulação e construção das diretrizes de leis e iniciativas que envolvam a transferência de recursos da União e demais ações de fomento descentralizadas aos entes federativos.

Para a sua missão institucional, a SCC conta com três Diretorias finalísticas – Diretoria do Sistema Nacional de Cultura (DSNC), Diretoria de Assistência Técnica a Estados, Distrito Federal e Municípios (DAT) e Diretoria de Articulação e Governança (DAG).

Nossa atuação em 2023 (anual), referente às iniciativas estratégicas

O MinC estabeleceu seis iniciativas estratégicas para serem executadas pela SCC por meio das suas diretorias finalísticas. A figura a seguir apresenta o *framework* dessas iniciativas estratégicas, com os respectivos indicadores de desempenho, bem como com a respectivas diretorias finalísticas responsáveis.

Figura 1 - Indicadores de desempenho das iniciativas prioritárias da SCC para 2023

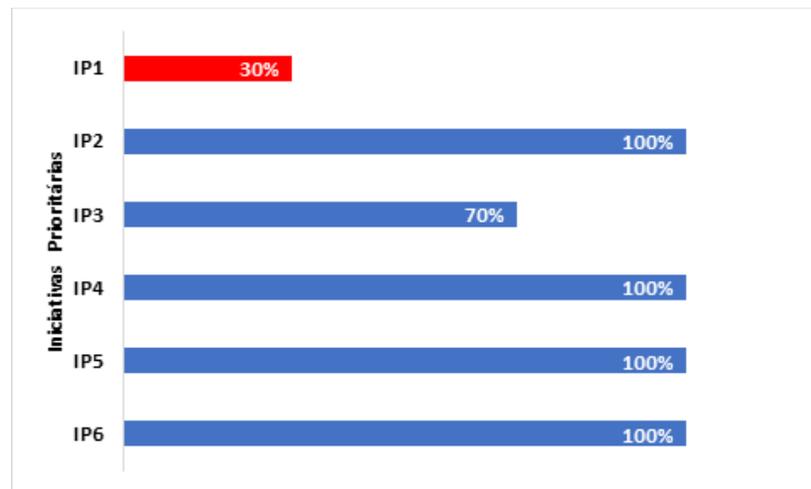


Legenda: DAG: Diretoria de Articulação e Governança; DSN: Diretoria do Sistema Nacional de Cultura; DAST: Diretoria de Assistência Técnica a Estados, Distrito Federal e Municípios.

Fonte: Elaboração própria, adaptada de MinC (2023)

Para se aferir o desempenho das iniciativas estratégicas, procedeu-se a análise do alcance de cada meta estabelecida para cada indicador de desempenho, tendo como parâmetro de sucesso, 100%. Para iniciativas com mais de um indicador, procedeu-se a média simples entre os indicadores. O gráfico ilustrado a seguir apresenta o painel do desempenho para cada iniciativa estratégica, até 31 de dezembro de 2023.

Gráfico 1 - Desempenho das iniciativas prioritárias da SCC em 31/12/2023



Legenda: IP: Iniciativa Prioritária; IP1: Sistema Nacional de Cultura; IP2: Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC); IP3: IV Conferência Nacional de Cultura (CNC); IP4: Plano de mobilização e assistência técnica federativa; IP5: Escritórios do MinC em cada unidade da federação; IP6 Institucionalizar Comitês de Cultura

Fonte: Elaboração própria, SCC (2023)

Pode-se observar no gráfico de desempenho das iniciativas prioritárias da SCC que das seis iniciativas, cinco obtiveram alto desempenho até 31 de dezembro de 2023, com destaque para a IP2 (Conselho Nacional de Política Cultural), IP4 (Plano de mobilização e assistência técnica federativa), IP5 (Instalação dos Escritórios Estaduais do MinC) e IP6 (Institucionalizar Comitês de Cultura), com desempenho de cerca de 100% cada. O IP3, relativo à realização da IV Conferência Nacional da Cultura, obteve desempenho de cerca de 70% por dois principais motivos. O primeiro motivo se justifica pelo fato de sete estados não terem realizados a etapa estadual em 2023, por conta de calamidade pública. E o segundo, pelo adiamento da etapa federal (IV CNC) para o ano de 2024. Quanto a iniciativa com o menor desempenho, a IP1 (Sistema Nacional de Cultura), obteve baixo desempenho (30%) devido as outras demandas da Secretaria para o ano de 2023, com a pequena equipe, não foi possível formular e implementar um Programa de fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura que está previsto para 2024.

Sistema Nacional de Cultura

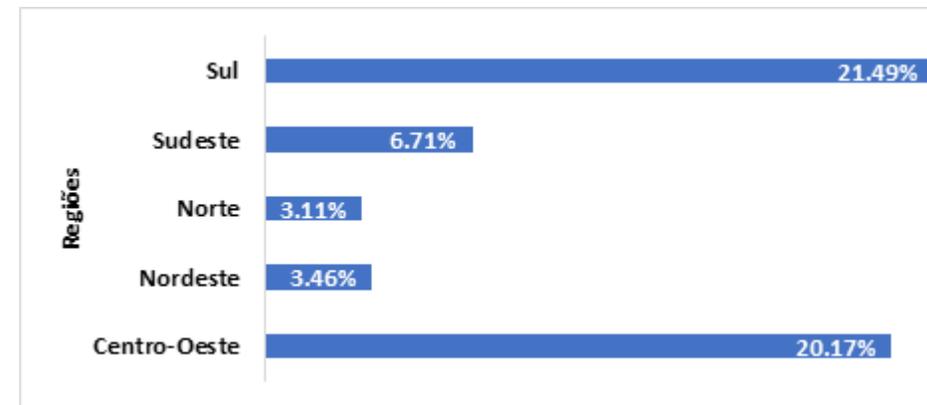
O Sistema Nacional de Cultura (SNC) está sob a responsabilidade da Diretoria do Sistema Nacional de Cultura (DSNC). A meta estabelecida para essa Iniciativa Estratégica foi a criação Programa de fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura. Embora não tenha sido estabelecido formalmente um programa, foram realizadas ações para o fortalecimento do Sistema, como:

- Vinculação, no decreto de regulamentação da Lei Paulo Gustavo, da adesão a LPG à adesão ao Sistema Nacional de Cultura e a obrigação da implementação do CPF da Cultura (Conselho, Plano e Fundo);
- A regulamentação da Política Nacional de Fomento Aldir Blanc possibilita a destinação de percentual dos recursos da Lei para o fortalecimento dos Sistemas de Cultura.
- Participação em eventos que reuniram prefeitos e secretários municipais de cultura para a divulgação do Sistema Nacional de Cultura, como Marcha dos Prefeitos, Caravanas Federativas, I Encontro Nacional de Gestores de Cultura, IV Encontro Nacional de Municípios, entre outros.
- Divulgação da importância de adesão e de implementação dos elementos do SNC nas edições do Circula MinC realizados por esta secretaria.

Durante o ano de 2023, 514 municípios formalizaram o pedido de adesão ao SNC e 364 Acordos de Cooperação Federativa foram publicados. Com essas novas adesões, totalizamos 3.533 municípios que formalizaram a adesão ao SNC, o que representa

cerca de 60% dos municípios. Quanto aos Estados da Federação, todos já haviam aderido. Já com relação à implementação dos elementos do SNC, somente 9,66% de municípios apresentam Conselho, Plano e Fundo (CPF) da cultura completos. O gráfico a seguir apresenta a frequência relativa desses municípios, por região.

Gráfico 2 - Frequência relativa de municípios com CPF da cultura por região

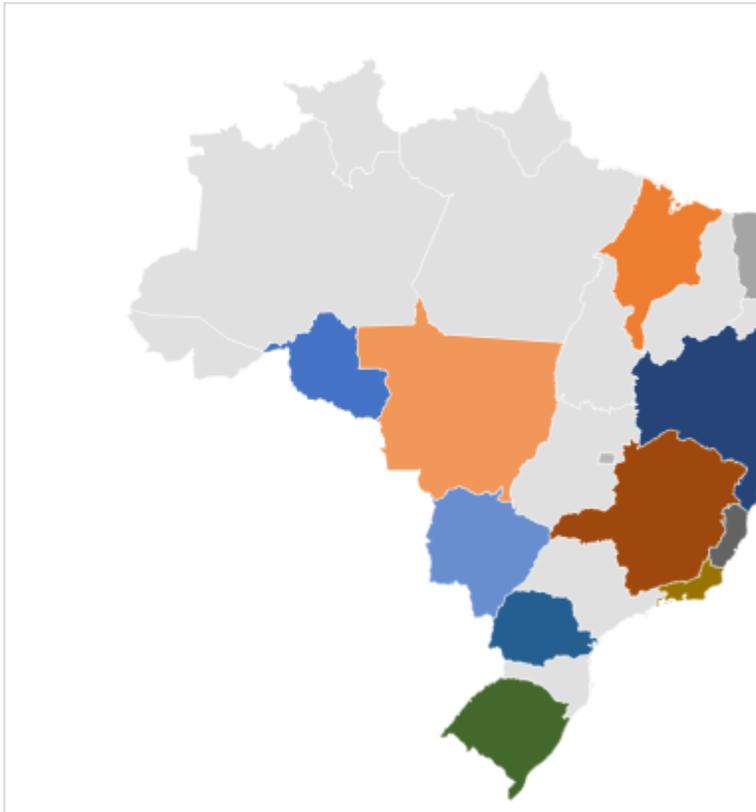


Fonte: Elaboração própria, dados da SCC/MinC (2023)

Observa-se que, proporcionalmente ao número de municípios em cada região, as regiões Sul e Centro-Oeste possuem maior percentual de municípios com CPF da cultura completos. Quanto às unidades da federação,

apenas 15 possuem CPF da cultura completos, como pode ser observado a seguir.

Gráfico 3 - Mapa das Unidades da Federação com CPF da cultura completos



Fonte: Elaboração própria, dados da SCC/MinC (2023)

Pode-se observar que Rondônia é o único estado da região Norte com o CPF da cultura completo. Entretanto, apenas quatro municípios de Rondônia possuem o CPF da cultura, representando cerca de 8% do estado. Trata-

se dos municípios de Porto Velho (capital), Cacoal, Guajará-Mirim e Rolim de Moura.

Para 2024, a Diretoria do Sistema Nacional de Cultura tem o desafio de estruturar o Programa de Fortalecimento do Sistema Nacional de Cultura; acompanhar a votação do Projeto de Lei que regulamenta o SNC no Senado; atualizar as normativas sobre o Sistema Nacional de Cultura; e orientar estados e municípios na implementação dos elementos do Sistema Nacional de Cultura de modo a atender o que determina a regulamentação da Lei Paulo Gustavo.

As iniciativas de fortalecimento do SNC contribuirão para as seguintes metas do Plano Nacional de Cultura:

- **Meta 01:** Sistema Nacional de Cultura institucionalizado e implementado, com 100% das Unidades da Federação UFs e 60% dos municípios com sistemas de cultura institucionalizados e implementados.
- **Meta 37:** 100% das Unidades da Federação UFs e 20% dos municípios, sendo 100% das capitais e 100% dos municípios com mais de 500 mil habitantes, com Secretarias de Cultura exclusivas instaladas

Conselho Nacional de Políticas Culturais

Também sob a responsabilidade da DSNC, elemento integrante do Sistema Nacional de Cultura, temos o Conselho Nacional de Políticas Culturais (CNPC). A meta

para 2023 foi reativar e coordenar as atividades do Conselho.

Como resultado, o CNPC foi reativado, com 72 membros, entre titulares e suplentes, e foram realizadas três reuniões ordinárias durante o ano de 2023, como previstas, bem como 6 reuniões extraordinárias.

Para 2024, a DSNC tem o desafio reestruturar o CNPC e discutir, em articulação com as Secretarias do Ministério da Cultura e suas Instituições Vinculadas, a proposta de recriação e funcionamento dos Colegiados Setoriais.

Com a discussão que se iniciou em 2023 e que seguirá em 2024 de reestruturação do CNPC contribuirá para as seguintes metas do PNC:

- **Meta 46:** 100% dos setores representados no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) com colegiados instalados e planos setoriais elaborados e implementados;
- **Meta 47:** 100% dos planos setoriais com representação no Conselho Nacional De Política Cultural (CNPC) com diretrizes, ações e metas voltadas para infância e juventude;

Preparação da IV Conferência Nacional da Cultura

Em 2023, para a construção da 4ª Conferência Nacional da Cultura (4ª CNC), cujo tema central é “Democracia e Direito à Cultura”, foram realizadas as etapas municipais/intermunicipal, bem como a estadual, com

exceção de estados em regiões acometidas por calamidade pública, e outras questões que tiveram o prazo de realização estendido para 31 de janeiro de 2024. A 4ª CNC será realizada em março de 2024.

A realização da 4ª CNC está em consonância com a seguinte meta do Plano Nacional de Cultura, atendendo a demanda de realização da CNC com 7 anos de atraso:

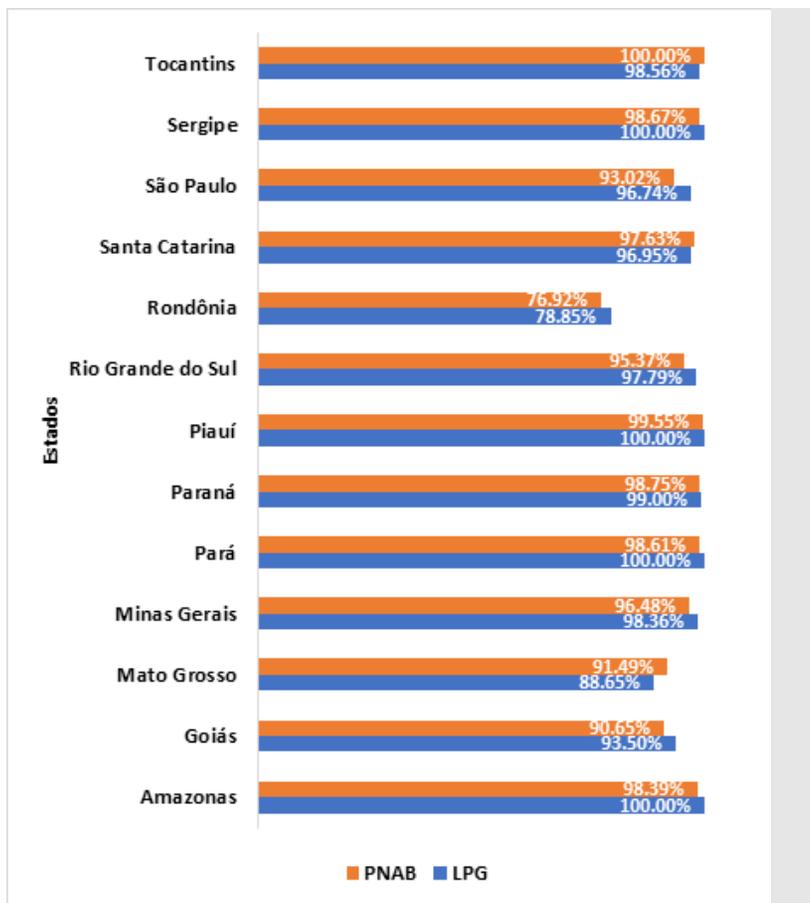
- **Meta 49:** Conferências Nacionais de Cultura Realizadas em 2013 e 2017, com ampla participação social e envolvimento de 100% das Unidades da Federação (UFs) e 100% dos municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC)

Plano de Mobilização e Assistência Técnica Federativa

A Diretoria de Assistência Técnica a Estados, Distrito Federal e Municípios (DAST), responsável pela adesão e execução das políticas públicas federais de fomento à cultura, pelos estados e municípios, por meio de capacitação, acompanhamento e assistência técnica tinha como principal meta a mobilização dos estados e municípios para a adesão à Lei Paulo Gustavo e à Política Nacional de Fomento Aldir Blanc.

O gráfico a seguir apresenta a frequência relativa de municípios que aderiram à LPG por estado abaixo de 100% de adesão.

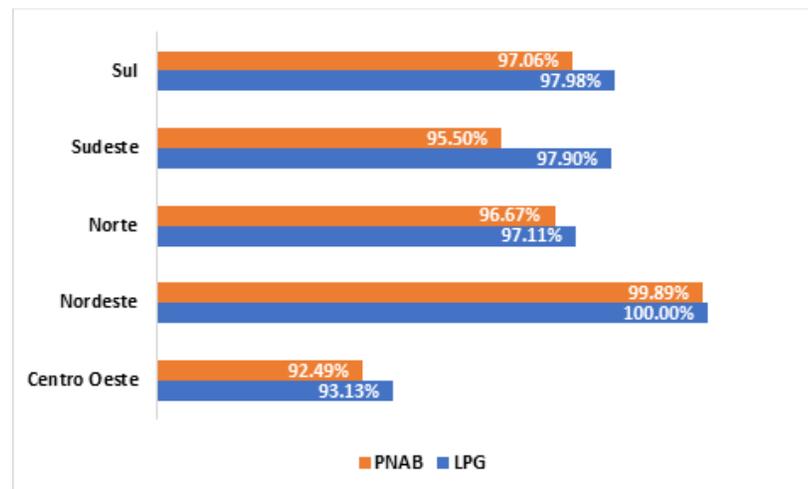
Gráfico 4 - Frequência relativa de municípios que aderiram à LPG e PNAB por estado abaixo de 100% de adesão



plantões tira-dúvidas, mais de 2.000 e-mails respondidos com orientações e esclarecimento de dúvidas, participação de audiências públicas estaduais e municipais nas modalidades presencial e virtual, busca ativa em contato direto com os gestores estaduais e municipais, entre outras ações. Essas mobilizações garantiram a adesão em 100% dos estados e 98% dos municípios na LPG e 100% Estados e 97% municípios na adesão à PNAB.

Quanto à frequência relativa dos municípios por região, observou-se que tanto a adesão à LPG quanto à PNAB, a região Centro-Oeste obteve menor adesão relativa dos municípios, com cerca de 93% para LPG e 92% para PNAB, como pode ser observado nos gráficos apresentados a seguir.

Gráfico 5 - Frequência relativa de municípios que aderiram à LPG e PNAB por região



Fonte: Elaboração própria, SCC (2023)

Para garantir essas adesões, foram realizadas 28 edições do Circula MinC - programa que objetiva promover oficinas de capacitação e suporte técnico -, lives, atendimentos nos

Fonte: Elaboração própria, SCC (2023)

No auxílio aos Estados e Municípios para a execução dos recursos das Leis foram elaboradas minutas padrão de editais e o MinC, em parceria com a Advocacia Geral da União (AGU), promoveu, nos dias 28 e 29 de novembro, o Seminário Direito e Cultura – Novo Regime Jurídico de Fomento à Cultura no Brasil. A atividade, realizada na Escola Nacional da Administração Pública (Enap), em Brasília, debateu aspectos jurídicos a respeito da atual legislação de fomento. O encontro foi voltado a gestores e operadores do Direito, buscando trazer segurança jurídica para gestores municipais e estaduais de Cultura na execução dos recursos.

Dentre os principais desafios para o ano de 2024 está a construção de um sistema de monitoramento e acompanhamento, promovendo assistência técnica aos entes federados para garantir a execução dos recursos da LPG e da PNAB.

O fato de a mobilização ter garantido a adesão de quase 100% dos municípios brasileiros à LPG e à PNAB contribuiu para as seguintes metas do Plano Nacional de Cultura:

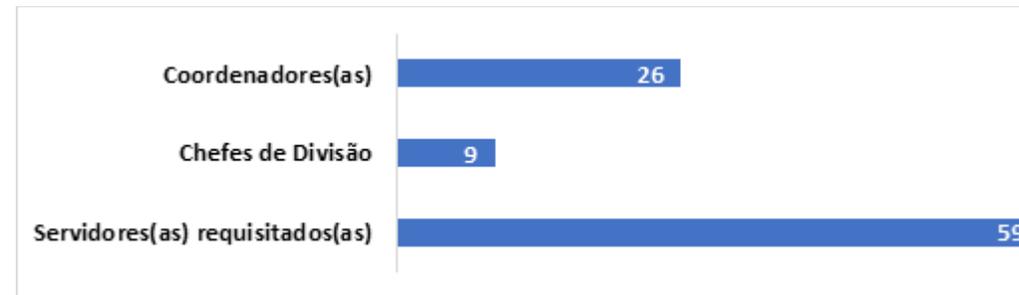
- **Meta 09:** 300 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local.

- **Meta 11:** aumento em 95% no emprego formal do setor cultural.
- **Meta 18:** aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura.
- **Meta 22:** aumento em 30% no número de municípios brasileiros com grupos em atividade nas áreas de teatro, dança, circo, música, artes visuais, literatura e artesanato.
- **Meta 23:** 15 mil pontos de cultura em funcionamento, compartilhados entre o governo federal, as unidades da federação (UFs) e os municípios integrantes do sistema nacional de cultura (SNC).
- **Meta 24:** 60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais.
- **Meta 24:** 60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e atividades artísticas e culturais fomentados com recursos públicos federais.
- **Meta 29:** 100% de bibliotecas públicas, museus, cinemas, teatros, arquivos públicos e centros culturais atendendo aos requisitos legais de acessibilidade e desenvolvendo ações de promoção da fruição cultural por parte das pessoas com deficiência.
- **Meta 51:** aumento de 37%, acima do PIB, dos recursos públicos federais para a cultura.

Escritórios Estaduais do Ministério da Cultura

De responsabilidade da Diretoria de Articulação e Governança (DAG), foram criados 26 escritórios estaduais do MinC, com exceção do Distrito Federal. Os escritórios são compostos pela coordenação, chefes de divisão e servidores federais requisitados nos termos do artigo 56 da [Lei nº 14.600](#), de 19 de junho de 2023. Foi realizada uma chamada pública através do portal SouGov para a seleção de servidores públicos federais que, por sua vez, foram requisitados. Portanto, além de Brasília, o MinC conta com 94 servidores nos 26 estados brasileiros, atuando como coordenações estaduais do MinC nos respectivos estados ampliando o alcance das políticas públicas culturais federais nesses territórios. O gráfico a seguir apresenta o dimensionamento da força de trabalho dos escritórios do MinC por cargo.

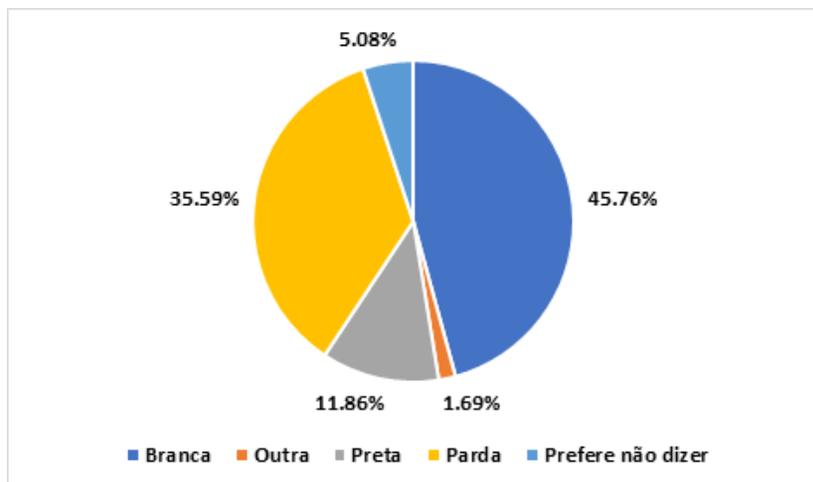
Gráfico 6 – Quantitativo de servidores dos escritórios estaduais por cargo



Fonte: Elaboração própria, dados da SCC/MinC (2023)

Observa-se que foram efetivadas 59 requisições de servidores, 9 chefes de divisão e 26 Coordenadores. Quanto aos servidores requisitados, o gráfico a seguir apresenta o perfil racial e de gênero, de acordo com informação autodeclarada pelos servidores nos autos da requisição.

Gráfico 7 - Perfil racial dos servidores requisitados para os escritórios estaduais do MinC

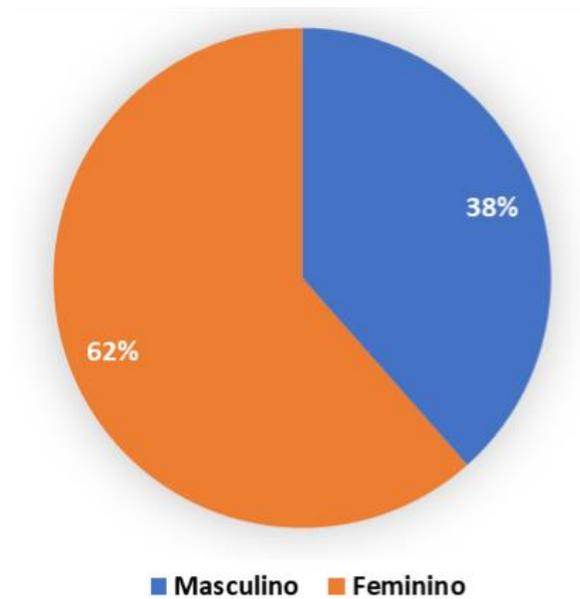


Fonte: Elaboração própria, dados da SCC/MinC (2023)

Como pode ser observado, os escritórios estaduais do MinC contam com cerca de 36% de servidores que se autodeclararam pardos e cerca de 12% que se autodeclararam negros, totalizando cerca de 48% de servidores(as) pretos(as) ou pardos(as). Esses indicadores estão alinhados com o objetivo 10 da Agenda 2030 (Redução da Desigualdade).

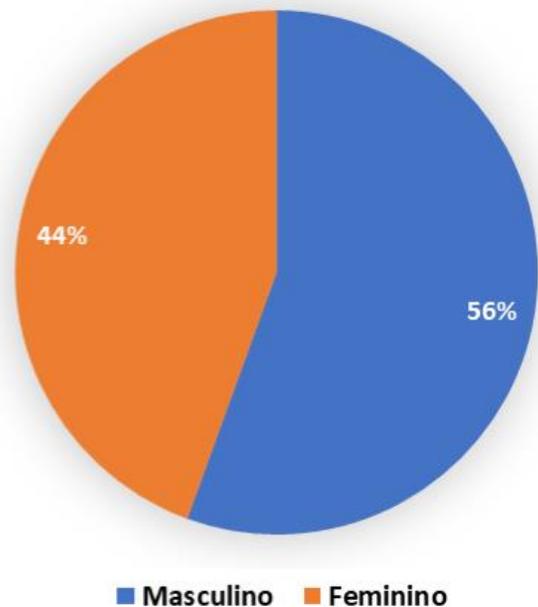
Quanto aos Coordenadores e Chefes de Divisão, só foram obtidas informações de gênero, apresentadas a seguir.

Gráfico 8 - Frequência relativa de Coordenadores(as) dos escritórios estaduais por gênero



Fonte: Elaboração própria, dados da SCC/MinC (2023)

Gráfico 9 - Frequência relativa de Chefes de Divisão dos escritórios estaduais por gênero



Fonte: Elaboração própria, dados da SCC/MinC (2023)

Agenda Transversal: Mulheres
Há paridade de gênero no preenchimento de cargos de coordenação nos escritórios estaduais do Ministério da Cultura

Como se pode observar, 62% dos cargos de Coordenação dos escritórios estão preenchidos por pessoas de gênero feminino e

à direita indica que 44% dos chefes de divisão são de gênero feminino. Esses percentuais indicam que há paridade de gênero em cargos de destaque nos escritórios estaduais do MinC, contribuindo com o objetivo 5 da Agenda 2030 (Igualdade de Gênero).

As principais atividades realizadas pelos escritórios estaduais do MinC nos respectivos territórios foram: orientações e acompanhamento das etapas municipais e estaduais da 4ª Conferência Nacional de Cultura; realização de ações de mobilização e articulação nos territórios para adesão da Lei Paulo Gustavo e da Política Nacional de Fomento Aldir Blanc; e apoio na divulgação de editais do Ministério e de suas Vinculadas.

Como desafio para o ano de 2024, prevê-se a estruturação dos escritórios em espaços físicos em todos os Estados da Federação, a inauguração dos escritórios, a ampliação as equipes locais e a elaboração de um plano de trabalho que envolva o acompanhamento da execução do Sistema Nacional de Cultura, Programas dos Comitês de Cultura, da LPG e da PNAB e de outras ações prioritárias Ministério da Cultura e Vinculadas.

Comitês de Cultura

O Programa Nacional dos Comitês de Cultura (PNCC) foi criado através da [Portaria MinC nº 64](#), de 28 de setembro de 2023. Os Comitês de Cultura são redes de agentes, coletivos e instituições, articuladas por Organizações da Sociedade Civil (OSC) que, selecionadas por meio de editais e mediante parcerias com o MinC, desenvolverão atividades de: mobilização social; formação em direitos e políticas culturais; apoio à elaboração de projetos e parcerias; e comunicação social e difusão de informações sobre políticas culturais. O objetivo é ampliar o acesso às políticas públicas de cultura, fortalecendo a democracia e a participação popular e cidadã no âmbito das políticas socioculturais e do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Para a efetivação do Programa, no ano de 2023, foi desenvolvido o Índice Territorial dos Comitês de Cultura (ITCC) como subsídio das ações do PNCC; foi elaboração e publicado o [Edital nº 2](#), de 29 de setembro de 2023, para seleção de 27 Organizações da Sociedade Civil para a execução do programa em todo o país; foram formalizados 26 Termos de Colaboração com as organizações selecionadas no edital; foram formalizados cinco Termos de Execução Descentralizada (TED) com cinco Institutos Federais, um por região do país, a fim de estabelecer a parceria para formação e acompanhamento de 595 Agentes Territoriais de Cultura em todo o território nacional.

Como principal resultado até final de 2023, temos o desenvolvimento da proposta conceitual dos Comitês de Cultura e o estabelecimento da estrutura de operacionalização do Programa: desenvolvimento das ações por meio das

Organizações da Sociedade Civil e a formação de agentes pelos Institutos Federais de Educação. Foram formalizados 26 Termos de Colaboração do programa, com exceção de Sergipe (que não teve selecionado na primeira chamada pública e está em processo de finalização da seleção). Foram formalizados Termo de Execução Descentralizadas com o IFPA, IFRN, IFRJ, IFG e IFSUL.

A perspectiva para 2024 é a finalização da seleção da Organização da Sociedade Civil para atuação no estado Sergipe, o estabelecimento dos critérios e realizar a seleção dos Agentes dos Comitês de Cultura dos territórios, pactuar o programa de formação dos agentes e realizar o acompanhamento e monitoramento das ações das OSCs.

Com o programa de Formação, o Programa Nacional dos Comitê de Cultura contribuirá para a seguinte meta do Plano Nacional de Cultura:

- **Meta 18:** aumento em 100% no total de pessoas qualificadas anualmente em cursos, oficinas, fóruns e seminários com conteúdo de gestão cultural, linguagens artísticas, patrimônio cultural e demais áreas da cultura.

